

DIREITOS

Unicamp precisa se manifestar sobre a mudança de regime

O portal do Supremo Tribunal Federal (STF) divulgou que no último dia 10 o escritório que representa a Unicamp na ação judicial da mudança de regime tomou ciência da decisão contra os servidores proferida pelo ministro Celso de Melo em 19/12.

A Unicamp tem que apresentar recurso ao julgamento monocrático do ministro, que sequer dignou-se a ouvir o STU e a Fasubra, entidades especializadas reconhecidas no processo (*amicus curiae*). Mais que isso, a Universidade precisa se manifestar perante os 1.753 servidores contratados em regime CLT entre 1985 e 05 de outubro de 1988 atingidos no processo. Eles têm direito de saber que procedimentos serão adotados para assegurar que não haja prejuízos aos que hoje vivem em clima de incerteza e ansiedade.

O STU e a Fasubra continuam acompanhando o processo para que os trabalhadores envolvidos não venham a ser prejudicados.



ESPAÇO DO SERVIDOR | ENGLISH MAPA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
Brasília, 25 de janeiro de 2017 - 15:52

Principal | Sobre | Estatística | Processos | Repercussão Geral | Jurisprudência | Publicações | Biblioteca | Imprensa | Legislação

Processos > Acompanhamento Processual

TAMANHO A A Favoritos:

PROCESSOS

- Acompanhamento Processual
- Peticionamento Eletrônico
- Peticionar agora
- Informações Gerais
- Requisitos de Acesso
- Acesso aos Sistemas
- Acessar o antigo e-STF v.2
- Resoluções
- Plantão Judicial
- Plantão Judicial
- Portal de Integração
- Informações Gerais
- Como se integrar ao STF
- Tribunais Associados
- Órgãos Associados
- Comunicados
- Recebimento de processos
- Consulta de Avisos
- Informações Técnicas
- Contatos
- Editais
- ADI, ADC, ADO e ADPF
- Pautas de Julgamento
- Custas Processuais
- Tabela de Custas
- Emitir GRU
- Audiências Públicas
- Apresentação
- Previstas
- Realizadas
- Notícias

Acompanhamento Processual

RE 933207 - RECURSO EXTRAORDINÁRIO (Eletrônico)

[Ver peças eletrônicas]

Origem: SP - SÃO PAULO
Relator atual: MIN. CELSO DE MELLO

RECTE. (S): UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
ADV. (A/S): VÍRGÍNIA VERIDIANA BARBOSA GARCIA (155190/SP)
RECD. (A/S): PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADV. (A/S): PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
AM. CURIAE: SINDICATO DOS TRABALHADORES DA UNICAMP - STU
ADV. (A/S): JOSÉ ANTONIO CREMASCO (59298/SC)
AM. CURIAE: FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS (FASUBRA - SINDICAL)
ADV. (A/S): CLAUDIO SANTOS DA SILVA (10081/DF) E OUTRO(A/S)

Andamentos	D3/DJe	Jurisprudência	Deslocamentos	Detalhes	Petições	Recursos
Data	Andamento	Órgão Julgador	Observação			
10/01/2017	Ciência		pela recorrente, o advogado Luiz Antonio Muniz Machado, OAB/DF nº 750-A, da decisão de 19/12/2016, dispensando a sua intimação pelo			

Dia 8: novo ato contra a tarifa de R\$ 4,50

A luta contra o reajuste da tarifa de transporte em Campinas segue. E no próximo dia 8 (quarta) será realizado um novo ato. A manifestação vai reivindicar: a) revogação imediata do aumento das passagens e da cobrança de integrações, e congelamento da tarifa em R\$ 3,80; b) implantação imediata da tarifa zero para desempregados e estudantes na cidade; c) consulta pública à população sobre um novo modelo de transporte público e auditoria nas contas do sistema atual; e d) o fim da criminalização aos movimentos sociais.

Solidariedade à luta por moradia

No dia 17 deste mês a Ocupação Colonial, na zona leste da São Paulo, foi despejada em ação truculenta da tropa de choque da PM. Mais de 700 famílias que viviam há um ano e meio no terreno foram expulsas de suas casas em meio a bombas, balas de borracha, caveirões e jato d'água.

Guilherme Boulos, dirigente do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto), foi detido sob alegações infundadas de desobediência civil e incitação à violência. O morador José Ferreira também foi detido.

O despejo e as prisões arbitrárias de Boulos e Ferreira evidenciam uma nova ofensiva do Governo Alckmin para criminalizar os movimentos sociais. Em resposta, no dia 19, a Secretaria Estadual de Habitação foi ocupada por algumas horas para cobrar respeito à população sem teto.

Em São Paulo o déficit habitacional é de 1,16 milhão de domicílios. Moradia digna, assim como educação pública de qualidade, são direitos. Por isso, o STU manifesta toda solidariedade aos moradores da Ocupação Colonial, ao MTST e demais movimentos de moradia.

STU participa de ato em defesa do Sintusp e das creches da USP

Acontece hoje a audiência no Ministério Público do Trabalho para debater a situação do Sintusp. O STU e a Fasubra estão acompanhando o processo de mobilização contra o despejo do sindicato e em defesa das lutas dos trabalhadores daquela Universidade.

Na última quinta-feira (19), centenas de pessoas, entre trabalhadores, intelectuais, parlamentares, membros de entidades sindicais, movimentos sociais e estudantes participaram do ato em defesa do Sintusp, do direito de organização sindical dos trabalhadores, das liberdades democráticas e contra o fechamento das creches na USP.

Após o ato, um cortejo com participação de educadoras das creches, mães, famílias e crianças em defesa da educação infantil e contra o anúncio do fechamento da Creche Oeste caminhou pela Universidade.

Ficou claro em todas as intervenções que o despejo do Sintusp é um ataque da Reitoria às liberdades democráticas e à organização dos trabalhadores. Como já apontado anteriormente em nota do STU, a gestão de Marco Antônio Zago além de querer impedir



Kiko

a mobilização e organização entre os trabalhadores, através da abertura de diversos processos administrativos, judiciais e inquéritos policiais contra muitos membros da diretoria do Sintusp e sua militância, também está realizando claro desmonte daquela Universidade. O fechamento de creches e restaurantes, a tentativa de desvinculação dos hospitais universitários (HU e HRAC), além da demissão de cerca de 3.500

trabalhadores — sendo 3.000 através do Plano de Incentivo à Demissão Incentivada - sem nenhuma reposição do quadro e cortes de verbas para ensino e pesquisa são as primeiras medidas desse projeto.

O STU, que defende o direito de organização sindical e a construção de uma universidade democrática com garantia de acesso para todas e todos, reforça essa luta. #SintuspFica!

Universidades estaduais sofrem com ajuste fiscal

Os governos federal e estaduais jogam a conta da crise nas costas dos trabalhadores. O congelamento do orçamento social (saúde, educação e seguridade) por 20 anos aprovado com a PEC 55, a suspensão de concursos públicos e reajustes salariais previstos na Lei Complementar 156/2016 (resultado do PLC 257) e a proposta desumana de reforma da Previdência enviada pelo presidente golpista de Michel Temer ao Congresso Nacional são alguns exemplos.

Levantamento do portal “G1” em novembro mostrou que no Distrito Federal, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima e Sergipe servidores enfrentaram em diversos momentos do ano passado atrasos salariais.

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) adiou o início das aulas para o dia 30 deste mês, mas corre o risco de fechar as portas. Bolsas estão em atraso, verbas de manutenção e custeio não são repassadas pelo Governo do Estado desde

setembro, o restaurante universitário fechou por falta de pagamento à empresa que administra o espaço. Servidores e docentes estão com salários de novembro, dezembro e o 13º salário atrasados. Mas a comunidade universitária está fortemente mobilizada, assim como outras categorias do funcionalismo público daquele Estado.

Unicamp terá que usar reservas enquanto Alckmin dá calote

O portal “G1” destacou no último dia 24 o uso de R\$ 121,6 milhões das reservas financeiras da Unicamp, que em junho deste ano somavam R\$ 171 milhões, para o pagamento de despesas decorrentes das dificuldades do atual momento econômico. A medida foi aprovada no Conselho Universitário em 13/12. Com isso as reservas - que só existem por causa da autonomia universitária conquistada após 60 dias de greve em 1988 - cairão a cerca de R\$ 49 milhões.

Mas o governo Alckmin segue dando calote no

acordo de 2005, que previa aumento do repasse à Unicamp em 0,05% para cobrir os investimentos na criação do campus de Limeira. Sem falar nas verbas desviadas do financiamento constitucional à Unicamp, USP e Unesp porque o Estado tira da base de cálculo as rubricas de Habitação e outras.

O I Seminário dos Trabalhadores das Universidades Estaduais e Municipais, realizado em dezembro pela Fasubra, debateu a necessidade de fortalecer a articulação dos sindicatos para enfrentar essa realidade. E o STU se coloca da linha de frente desta luta.

Neste cenário político de ataques ao serviço público, em especial às universidades, a tarefa do sindicato é organizar os trabalhadores para irem às ruas e defender os direitos conquistados no últimos anos. Não podemos pagar pela crise que atravessa os estados. É preciso construir a partir da Fasubra um calendário de mobilização junto aos servidores públicos das três esferas (municipal, estadual e federal) para enfrentar este desmonte!